

Reunião ORDINÁRIA de 29 | 04 | 2013

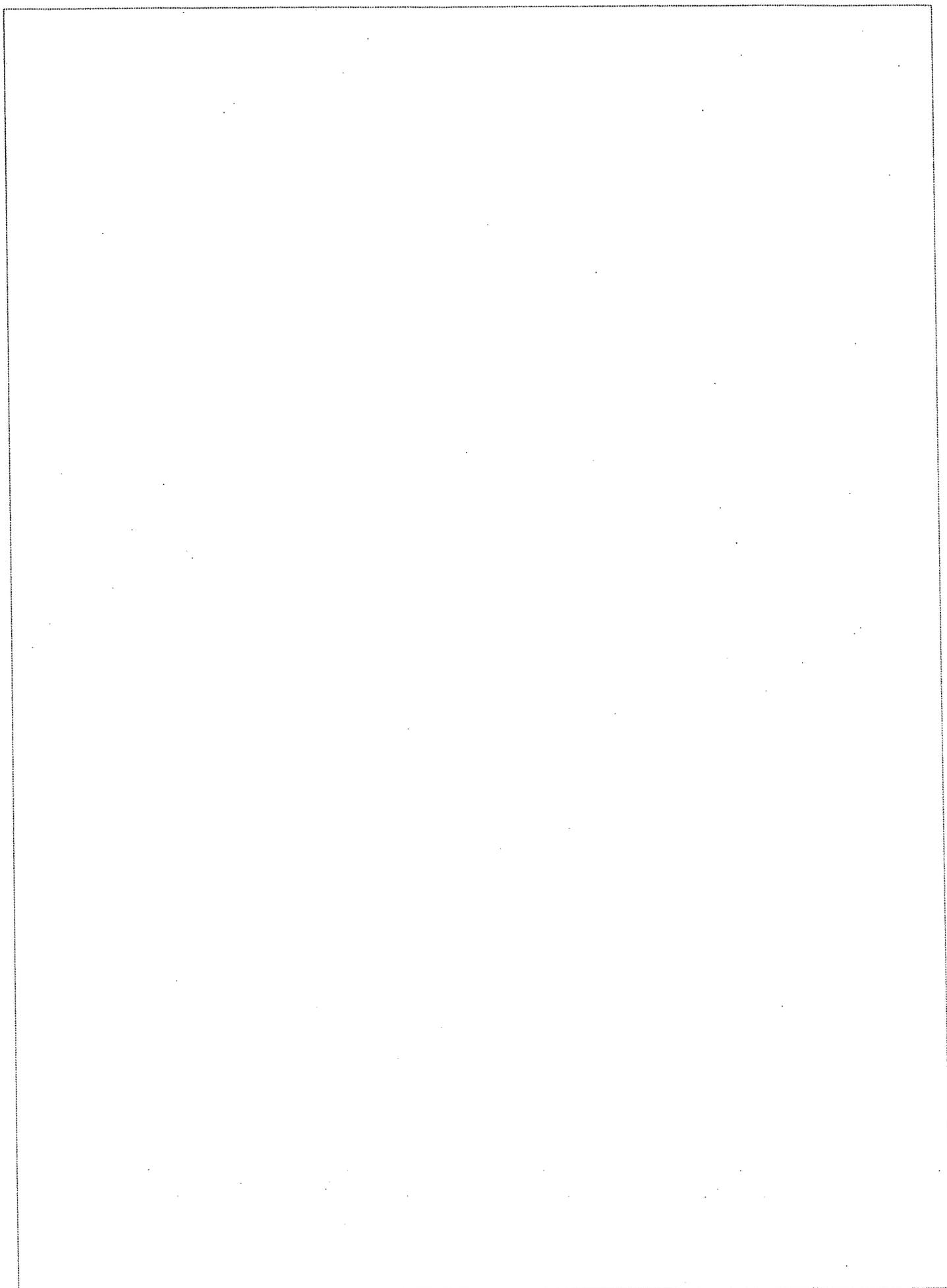
Minuta da Acta n.º 13/2013

Presidência CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS
 Vereadores ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES
 MIGUEL PINTO LUZ
 ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO
 PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA
 ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA
 MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO
 JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO
 NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES
 FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA
 MARIA TERESA PERES DOMINGUEZ R. GAGO

Presentes	Faltas	
	Justif.	N Justif.
P		
P		
P		
P		
P		
P		
P		
P		
P		
P		

Observações: _____

Hora de Abertura 9 horas e 31 minutos



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9h31m

SR. PRESIDENTE DE CÂMARA abriu o período antes da ordem do dia dando a palavra ao Sr. Vereador Pedro Mendonça.-----

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA tomou a palavra referindo que pretendia abordar dois pontos apenas. O primeiro relativamente a mais uma comemoração do vinte e cinco de abril, uma manifestação na defesa dos direitos conquistados que tantos anos foram oprimidos por um regime que, como todos sabem, se apoiava numa polícia política, bem como em duas ou três famílias que hoje estão em "beleza", mas foi na defesa dos trabalhadores, das questões sociais e no desenvolvimento do país, foi esse o objetivo. Com o vinte e cinco de abril retomou-se a dignidade do país a nível internacional, trouxe uma nova dinâmica, uma Constituição, um poder Autárquico democrático. Investiu-se na cultura, na educação e na saúde, melhorou-se extraordinariamente neste último campo, pelas construções que se fizeram ao longo do tempo, quer em termos de hospitais, quer em termos de aproximação às populações, quer na saúde, quer na educação. Por fim disse que festejar o vinte e cinco de abril, é defender o poder democrático todos os dias, foi por isso que se fez o vinte e cinco de abril e que se comemorou 39 anos sobre aquele dia vinte e cinco de abril de setenta e quatro, em que todos os democratas se empenharam na defesa da democracia em Portugal. Relativamente ao segundo ponto, recebeu uma carta da Urbanização Vale Paraíso, que para além de tecer alguns elogios à Câmara, mas porque é junto à Associação de doentes de alzheimer, em Alapraia, que tem falta de estacionamento, o que propõem é que naquela zona adstrita em que funcionaram as escolas, onde estiveram uns contentores, se se poderia alargar todo esse espaço, pois foram os principais prejudicados com esta construção. Sabe-se que os prédios em frente à Associação não tiveram garagens, são em leito de cheia, mesmo fazendo garagens havia o perigo de haver grandes inundações, nesse sentido, pretende comungar um pouco com esta proposta de um conjunto de indivíduos que se uniram e fizeram um abaixo-assinado que apresentaram ao Sr. Presidente e vem reforçar o pedido dos munícipes.-----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA começou por falar sobre as comemorações do vinte e cinco de abril. A Câmara Municipal de Cascais associou-se com algumas iniciativas, das quais releva, aconselha e convida a ver os vídeos que se fizeram sobre o vinte e cinco de abril. Foram feitos só com prata da casa, com colegas da Câmara e estão de excelentíssima qualidade, deu já os parabéns às pessoas que os produziram, referiu que estes vídeos não envergonham ninguém, antes pelo contrário, prestigiam a qualidade dos mesmos. Referiu também o colóquio que houve no Teatro Municipal Mirita Casimiro, depois da apresentação do vídeo, o tema que foi escolhido foi falar sobre a censura na época da ditadura, com um conjunto de participantes completamente insuspeito no ponto de vista de simpatias ideológicas ou partidárias com a maioria representada na Câmara, também relevaram, com bastantes elogios, a qualidade não só do vídeo, como da própria organização. Esteve ainda no Largo da Câmara, no próprio dia, à tarde, com a juventude, com várias associações de juventude envolvidas e também instituições do Concelho e terminou este fim de semana, ainda englobado nestas comemorações do vinte e cinco de abril, com uma homenagem a um ex-vereador desta Câmara, não por ser ex-vereador, mas por ser um homem também de abril, José Jorge Letria, com os seus 40 anos de intervenção através da poesia. Por isso pensa que se comemorou de forma digna e atual, dentro do espírito de que, sempre que se dá algo como garantido é a partir desse momento que se arrisca a perdê-lo. Mencionou que convém, e é de toda a atualidade, o próprio participou em Carcavelos, onde a Junta de Freguesia todos os anos no vinte e cinco de abril tem umas comemorações em que percorre com a banda dos Bombeiros e com a filarmónica da Sociedade Musical de Carcavelos, as ruas de Carcavelos. Esteve presente com todo o gosto e foram estas as comemorações do 25 de abril no Concelho de Cascais. Sobre a Urbanização Vale Paraíso referiu que recebeu também o pedido no e-mail da Presidência, foi reencaminhado aos serviços para ver o que pode ser feito, embora a sugestão que é dada de se utilizar o antigo terreno da escola, que é esse que o Sr. Vereador também referiu, está neste momento cedido à própria Associação para ali ser feito um espaço onde os doentes de alzheimer possam ter algum contacto, já que é de todo aconselhado que não fiquem confinados a um espaço fechado. Na zona envolvente está prevista toda a requalificação do estacionamento: O estacionamento é escasso em qualquer sítio em hora de ponta, mas ainda assim atenuará ligeiramente o problema. A própria Associação de alzheimer terá estacionamento interno, admite que só os visitantes é que estarão a usar

o estacionamento, que sendo da Associação de Alzheimer é público, não é fechado. Por fim dirigiu-se às Senhoras Vereadoras e aos Senhores Vereadores comunicando que têm início no dia seguinte a terceira edição das Conferências do Estoril. Referiu que já enviou um e-mail para todos, a capacidade já está 30% acima do limite, nem sempre está toda a gente que está inscrita, mas ainda assim já se está em zona de risco, por isso mesmo está muito limitado em aumentar o número de inscrições, mas obviamente que os Senhores Vereadores estão convidados. Pediu para confirmarem presença e fez dois pedidos especiais, um ao Partido Socialista e outro à CDU, tentou falar com os dois candidatos à Câmara que são conhecidos mas não conseguiu e de acordo com o que já tem sido feito noutras edições, nomeadamente na primeira que foi em ano eleitoral, estiveram presentes os candidatos à Câmara (pelo menos a DR^a Leonor Coutinho lembra-se de ter estado presente), pediu que transmitissem o convite ao candidato do Partido Socialista e ao candidato da CDU, manifestando gosto em que estivessem presentes. São os candidatos oficiais e conhecidos, tem todo o gosto em que aceitem o convite. Reafirmou que não conseguiu fazer o contacto por telefone, que tentou mas não conseguiu, o qual talvez sendo feito diretamente pelos Senhores Vereadores tenha maior grau de sucesso.-----

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES DE MENDONÇA pediu a palavra para realçar as iniciativas que existiram no Concelho e informou que não pôde estar presente por ter tido várias participações noutras locais.-----

O Período de Antes da ordem dia Dia terminou às 9h41m

- PONTOS PRÉVIOS:

1) - ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A MIKHAIL GORBACHEV NO ÂMBITO DAS CONFERÊNCIAS DO ESTORIL 2013 - REVOGAÇÃO DA PROPOSTA

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por unanimidade.

2) - ATRIBUIÇÃO DE PREÇO DE CAPA AO LIVRO "SALÓIOS DE CASCAIS. ETNOGRAFIA E LINGUAGEM"

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por maioria, com 1 abstenção do Sr. Vereador Alípio Magalhães, do PS.

3) - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ENCADERNAÇÕES

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por unanimidade.

4) - APOIO À EDIÇÃO DO LIVRO "O ENGENHO HUMANO E A ARTE DE NAVEGAR – EMBARCAÇÕES DE ILÍDIO CARAPETO" – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por unanimidade.

5) - APOIO AO FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º. CICLO - DESPESAS COM CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe , que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por unanimidade.

6) - CESSAÇÃO DE EFEITOS DE CONTRATOS PROGRAMA

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe , que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por unanimidade.

7) - EXTINÇÃO DOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS COM AS EMPRESAS NUMBER ONE – MULTI SERVICES, LDA. E CONFORLIMPA (TEJO) – MULTISERVIÇOS, S.A.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe , que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por unanimidade.

8) - 9ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2013 - 2016 E 9.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO 2013

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe , que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

9) - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA AS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO DE 6 MESES – PARECER PRÉVIO

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe , que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por unanimidade.

10) - PLANO DE PROMOÇÃO TURÍSTICA REGIONAL 2013 / ADESÃO E TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE LISBOA

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe , que foi admitida a discussão, por unanimidade, nos termos do artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Aprovado por unanimidade.

BALANCETE:

1. BALANCETE

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO:

2. DESPACHOS

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

PRESIDÊNCIA:

3. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À UCCLA PARA DESLOCAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS À XXIX ASSEMBLEIA GERAL UCCLA NA CIDADE DA PRAIA, EM CABO VERDE

Aprovado por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:

4. AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 152M2, A DESANEXAR DO PRÉDIO DO PRÉDIO URBANO SITO EM SANTO ISIDORO, BIRRE, EM CASCAIS (JUNTO À ESCOLA PRIMÁRIA DE BIRRE)

Aprovado por unanimidade.

GESTÃO PATRIMONIAL:

5. RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA N.º 414/2013 (PONTO 12) APROVADA EM REUNIÃO DE 01/04/2013 - "ALIENAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 36 M2, SITUADA NA ATROZELA, FREGUESIA DE ALCABIDECH E A GIL DAS MERCÊS FAVAL, DESTINADA A AUMENTO DE LOGRADOURO."

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

6. CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE À FUNDAÇÃO VICTOR REIS MORAIS – PEDIDO DE MORATÓRIA DO PAGAMENTO DA RENDA.

Aprovado por unanimidade.

7. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE COMODATO, PELA CEDÊNCIA DA FRAÇÃO, SITA NA RUA DAS TULIPAS, N.º 114, NO RÉS DO CHÃO-ESQUERDO, DO LOTE 31 DO EMPREENDIMENTO PER NO BAIRRO MATO DA TORRE, FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A "IDEIA-INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO INTEGRADO NA AÇÃO", PELA RESTITUIÇÃO DO REFERIDO IMÓVEL MUNICIPAL.

Aprovado por unanimidade.

8. ALTERAÇÃO AO TEOR DO N.º 1 DA CLÁUSULA 4ª, CONSTANTE DA MINUTA DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO PONTO 2 DA PROPOSTA N.º 1625/2012 (PONTO 10 DA ORDEM DE TRABALHOS), APROVADA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 8 DE OUTUBRO DE 2012 – “CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE UMA PARCELA DE TERRENO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 18,00M2, SITA NA RUA DR. ANTÓNIO DE PÁDUA SANTOS (MÉDICO), MONTE DE ESTORIL, FREGUESIA DO ESTORIL, COM A DIGAL-DISTRIBUIÇÃO E COMÉRCIO, S.A., DESTINADA À INSTALAÇÃO, NO SUBSOLO, DE UM RESERVATÓRIO DE GPL (GASES DE PETRÓLEO LIQUEFEITOS)”.

Aprovado por unanimidade.

COLETIVIDADES:

9. APOIO AO GRUPO DE INTRUÇÃO MUSICAL E DESPORTIVO DA ABÓBODA

Aprovado por unanimidade.

10. APOIO À UNIÃO RECREATIVA E DESPORTIVA DE TIRES

Aprovado por unanimidade.

11. APOIO AO GRUPO DRAMÁTICO 1ºMAIO DE TIRES - FESTAS DE SANTO ANTÓNIO DE TIRES 2013.

Aprovado por unanimidade.

12. NOVOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO.

ADIADO

GESTÃO TERRITORIAL:

13. PROCESSO N.º 870/2011 - ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DATADA DE 24 DE SETEMBRO DE 2012 - ALTERAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 1153, DENOMINADO B.º ALÉM DAS VINHAS, EM NOME DE FRANCISCO DIAS VARGAS E OUTROS, LOCALIZADO EM TIRES, FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovado por unanimidade.

14. ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 373 -PROCº 267/2012 – MARIANA OVÍDIO DURÃO

Aprovado por unanimidade.

15. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO PROCº 791/2006 – ANTÓNIO NUNES BRILHANTE E ROSALINA MARIA CHAPELAS

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

16. ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO TITULADA PELOS ALVARÁS N.º 193 E 989- PROC.º 70/2010 – AUGUSTO JOAQUIM VIEIRA DE SOUSA E OUTRO

Aprovado por unanimidade.

17. PROCESSO SPO - Nº 1264/2012-PROJECTO DE ARQUITECTURA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS, AGRUPAMENTO 550, NOS TERRENOS DA ESCOLA SALESIANA DE MANIQUE

Aprovado por unanimidade.

OBRAS MUNICIPAIS, MANUTENÇÃO E TRÂNSITO:

18. REFORMULAÇÃO DA ESTRADA DAS NEVES” - OBRA N.º 4.11.09.10 – 2ª-REVISÃO DE PREÇOS PROVISORIA.

Aprovado por unanimidade.

INTERVENÇÃO TERRITORIAL:

19. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AOS SISTEMAS DE ANTI-FURTO INSTALADOS NAS BIBLIOTECAS DO MUNICIPIO DE CASCAIS – PARECER PRÉVIO

Aprovado por unanimidade.

JUVENTUDE:

20. MOBILIDADE JUVENIL – FUNDAÇÃO O SÉCULO

Aprovado por unanimidade.

21. ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DE MARCHAS POPULARES

Aprovado por unanimidade.

22.OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES – PROJECTO PRO...MOVE-TE.

ADIADO

23. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA IBN MUCANA

Aprovado por unanimidade.

24. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À AJU - ASSOCIAÇÃO JERONIMO USERA

Aprovado por unanimidade.

AMBIENTE:

25. ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE JOGO E DE RECREIO, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 119/2009 DE 19 DE MAIO - REVOGAÇÃO DO DESPACHO Nº 92/2002 DE 25 DE MARÇO

Aprovado por unanimidade.

26. ÉPOCA BALNEAR 2013 / ATRIBUIÇÃO DE APOIO A ASSOCIAÇÕES DE NADADORES-SALVADORES

Aprovado por unanimidade.

CULTURA:

27. ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DESTREZA CINZENTA, REPRESENTANTE DA COMPANHIA DE TEATRO PALCO 13.

Aprovado por unanimidade.

28. APOIO ANUAL AO QUARTETO COM PIANO DE MOSCOVO

Aprovado por unanimidade.

EDUCAÇÃO:

29. ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO À CERCICA PARA O PAGAMENTO DAS DESPESAS REALIZADAS COM AS ATIVIDADES TERAPÊUTICAS COMPLEMENTARES E TRANSPORTES NO ANO LETIVO 2012/2013, NO ÂMBITO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO COM ESTA INSTITUIÇÃO

Aprovado por unanimidade.

DESPORTO:

30. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O GRUPO MUSICAL E DESPORTIVO 31 DE JANEIRO DE MANIQUE DE BAIXO

Aprovado por unanimidade.

31. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A CERCICA – COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE CASCAIS – APOIO À ATIVIDADE REGULAR

Aprovado por unanimidade.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL:

32. DIAGNÓSTICO SOCIAL – PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.

Aprovado por unanimidade.

33. REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E PROJETOS DA CASA GRANDE DA GALIZA

Aprovado por unanimidade.

34. ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO CASCAIS+ SOLIDÁRIO - € 220.000,00

Aprovado por unanimidade.

35. PLATAFORMA SAD + - ALTERAÇÃO AO ACORDO E ADESÃO DA ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER PORTUGAL - € 430.000

Aprovado por unanimidade.

36. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FUNDAÇÃO AGIR HOJE PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO DO GABINETE DIVIDA ZERO DE CASCAIS - € 4.400,00

Aprovado por unanimidade.

37. CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE ROTEIRO DE INTERVENÇÃO, AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PARECER PRÉVIO

Aprovado por unanimidade.

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

38. APROVAÇÃO DE ADITAMENTO E ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO “CASA JUBILEU 2000” E APOIO FINANCEIRO AO CENTRO COMUNITÁRIO DA PARÓQUIA DE CARCAVELOS NO VALOR GLOBAL DE €74.884,00, NO ÂMBITO DESTE PROTOCOLO.

Aprovado por unanimidade.

39. APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE PROTOCOLO COM A NARIZ VERMELHO ASSOCIAÇÃO DE APOIO À CRIANÇA PARA DESENVOLVIMENTO DE TRABALHO EM CONTEXTO HOSPITALAR E ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO NO MONTANTE DE – € 13.000,00

Aprovado por unanimidade.

DIVERSOS:

40. APROVAÇÃO DE PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO FARMÁCIAS DO CONCELHO DE CASCAIS, ENTRE A CMC FARMÁCIAS E ORGANIZAÇÕES - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 50/2013.

Aprovado por unanimidade.

41. INTERNATIONAL & EUROPE ASSOCIATIONS CONGRESS - JANTAR 22 DE ABRIL- PARECER PRÉVIO

Aprovado por maioria, com 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Maria Teresa Gago, do PS.

INFORMAÇÕES:

42. LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA - JANEIRO/MARÇO 2013

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

43. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO (CAF) DAS ÁGUAS DE CASCAIS - INFORMAÇÃO À CÂMARA

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

44. RELATÓRIO DE ATIVIDADES, PROJETOS E SERVIÇOS DA ÁREA DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE JUVENTUDE.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

45. COMUNICADOS AOS ORGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Início 10h10m

1- Sr. Vitor Manuel Leote Pereira da Cunha

Não Compareceu

2- Sr.ª Leonor Jesus Martins

Moradora na Travessa dos Navegantes, Cascais

A munícipe veio solicitar ao Senhor Presidente para arranjam a rua onde reside. As pedras de mármore no meio estão todas partidas, do princípio ao fim da rua, é necessário mudar as pedras e ficar aquilo em condições porque cada carro que passa é um barulho infernal, passam camiões do lixo, passam os da cerveja, passa todo o pesado e ligeiro, por ali abaixo. Agradecia ainda ao Senhor Presidente o favor de "pôr mão" neste assunto, para mandar fazer aquilo em condições. Disse ainda que tem os papéis com ela, já são duas vezes que faz reclamação para a Câmara desde janeiro e até agora não aconteceu nada. Reafirmou que tem com ela os papéis.-----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não é necessário porque ele tem os papéis que a senhora fez chegar e as fotografias, tem tudo e tem mais do que isso, tem também o que os serviços foram desenvolvendo, nomeadamente a nível de orçamentos. Só para informação: esse problema que tanto a afeta tem um investimento reduzido, diria de 891.00€ (oitocentos e noventa e um euros). Às vezes não é a questão do dinheiro, mas para lhe dizer que neste momento os serviços já têm orientações para avançarem com a requalificação, para fazerem ao fim ao cabo aquilo que a Senhora está a pedir que se

faça. Eles têm essa indicação, de fazer essa intervenção, têm o orçamento. Acrescentou que está presente o Senhor Diretor Municipal de Obras que tem a partir de agora essa mesma orientação para poder avançar com o orçamento que tem, que como referiu são de 891.00 € (oitocentos e noventa e um euros). Não é um valor sequer elevado e espera que se atue, não se irá fazer a obra já, será dentro do planeamento que a Direção Municipal de Obras tem, que será, espera, em curto espaço de tempo, porque estava pendente de facto de fazer o levantamento do orçamento, de quanto é que custava a intervenção. Está feito o orçamento, e essa intervenção irá ser feita no mais curto espaço de tempo possível. Finalizou dizendo que agradece o interesse da Muniçipe e a sua participação.-----

3- Sr.ª Maria Natália Marques

Moradora na Rua Furriel João Vieira, Alcabideche

A muniçipe esclareceu que vem apresentar uma situação de uma varanda que tem ilegal. No dia 20 de março de 2012 recebeu uma intimação da Policia Municipal para tomar conhecimento da denúncia, encetou logo contactos com uma empresa, mas os valores para legalizar a varanda são exorbitantes e ela não tem. No dia 23 fez uma carta ao Senhor Presidente da Câmara a pedir ajuda e até hoje o único "feed back" que teve da Câmara foi um processo de demolição e agora um processo de legalização. As taxas são elevadíssimas, já recebeu quando se inscreveu para a reunião os dados sobre as taxas, que há possibilidades de pagamentos em prestações, isenção ou redução. Dirigiu-se ao Urbanismo mas não percebeu o que é que era preciso fazer, as duas pessoas que a estavam a atender não tinham opiniões idênticas e como estava muito perto já da reunião, resolveu vir para ver se resolve a situação: tem sessenta dias ,que acaba agora em maio para entregar o processo de legalização ,ou de facto a Câmara a ajuda, ou então vai ter que tirar a varanda fora. A varanda faz-lhe muita falta, tem mais de vinte anos, é só por uma questão de climatização da casa, mas se tiver que ser...concluiu dizendo que legalizar não consegue.-----

O Sr. Presidente da Câmara informou que vai pedir ao Senhor Vice-Presidente para dar os esclarecimentos necessários, de qualquer das formas, conforme referiu a Senhora Maria Natália Marques, foi uma construção ilegal, e na altura não escreveu nenhuma carta à Câmara. Referiu, no entanto, que não agem nestas matérias, só agem por reação, ou seja, por denúncia, não se faz por ação da Câmara, de qualquer das formas, e não se faz também, esclareceu, porque a situação que a senhora referiu, ao longo dos anos foi praticada no Concelho de Cascais por outros munícipes e, se assim fosse, não haveria capacidade também de estar a penalizar agora toda a gente. Havendo uma denúncia, e de facto havendo uma violação de lei, têm que agir porque senão recairia sobre a câmara essa mesma ação. De qualquer dos modos primeiro existe a intenção de sendo legalizável, iniciam todos os procedimentos por legalizar, mas há circunstâncias em que isso infelizmente nem sequer é possível, ou seja, porque viola outras leis e outros regulamentos, nomeadamente o Plano Diretor Municipal e quando é assim não há mesmo nada a fazer. No caso em concreto há mecanismos que lhe possibilitam legalizar a varanda e é isso que o Senhor Vice- Presidente lhe vai explicar, independentemente de ter depois um contacto com os serviços que a orientarão na melhor forma de o fazer, mas o Senhor Vice Presidente estará em condições de dizer em concreto o que é que terá que fazer.-----

O Sr. Vice-Presidente da Câmara começou por referir que a possibilidade que tem e que hoje lhe é oferecida de poder legalizar, é algo que foi introduzido na ultima regulamentação, utilizando um certo tipo de caixilharia, ou seja, havendo uma uniformização de caixilharia e respeitando um conjunto de normas permitiu-se essa legalização. É de referir que até há pouco tempo atrás nem isso era possível, nem se podia estar a discutir isto que agora se está a discutir, nem se podia legalizar, só se podia discutir a sua demolição e é de reparar que no Concelho de Cascais, se tem mais de seis ou sete mil situações dessas e como o Senhor Presidente disse e bem, a Câmara tem atuado perante denuncia e portanto aí não se pode fazer de outra forma. Quando lhe é colocada esta possibilidade de legalização, é ao abrigo desta nova regulamentação que se nos colocou para tentar uniformizar as fachadas por um lado e depois tentar também desembrulhar este nó que se tem, que são milhares de situações destas que há no Concelho e portanto não se pode fugir na legalização ao cumprimento estrito da caixilharia que a Câmara obriga a que seja usada, nem ao pagamento das taxas, isso não há hipótese. Em relação aos pagamentos das taxas, especificamente disse o seguinte: a Câmara tem dois artigos no Regulamento de taxas que é o artigo 12º e artigo 14º. O artigo 12º permite o pagamento das taxas em prestações e portanto não sabe se isso resolve o problema da Senhora, mas o pagamento de taxas a prestações poderia ser uma solução, e o colega Nuno Piteira Lopes que tem a área financeira é que poderá autorizar este tipo de saída. O artigo 14º, isenções por natureza social ou relevante interesse económico, é uma questão que tem que ser deliberada em Assembleia Municipal. Referiu que do seu ponto de vista não se enquadra a sua situação em nenhuma destas, porque esta questão de natureza

social é para situações de facto que não se enquadram especificamente na sua situação e portanto não vê, mas salvo melhor opinião dos seus colegas, hipótese de enquadrar a sua situação na isenção total das taxas que é enquadrá-la no artigo 14º, porque não há relevante interesse económico para o Concelho e a situação de natureza social, apesar de não estar suficientemente escalpelizada no próprio regulamento, percebe-se a intenção do legislador, neste caso de quem regulamentou que a natureza social é outra que difere daquela que a Câmara tem na presente situação e portanto aquilo que acha que pode ser um caminho para se tentar ajudar à solução é utilizar-se o pagamento em prestações das referidas taxas, tentar enquadrar tudo aquilo que tem que fazer para enquadrar em termos urbanísticos a sua varanda de forma mais económica possível, mas não vê outra solução que não passe por estes dois caminhos.-----

O Sr. Presidente da Câmara em resposta à dúvida que a Senhora colocou que tem a ver com os sessenta dias para apresentar o projeto, esclareceu que de facto é assim que está determinado mas pode ainda assim, nesses sessenta dias pedir prorrogação dos mesmos, desde que se fundamente e que seja evidente que está a tratar do assunto, não meramente dilatatório.-----

A Sr.ª Maria Natália Marques referiu na sua última intervenção que necessita de saber os custos efetivos e as prestações que lhe poderão vir a ser colocadas, refere que o custo da Câmara é elevado, anda à volta dos 800.00€ (oitocentos euros) e perguntou quantas prestações são, se for em duas é mau, se for em dez já será razoável.-----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que há alguma flexibilidade em termos de diluição do prazo em que isso pode ser concretizado, mas o Sr. Vice-Presidente irá dar-lhe essas indicações.-----

O Sr. Vice-Presidente da Câmara respondeu que o único critério que existe é que o valor da prestação não seja inferior a uma unidade de conta, cento e dois euros (102.00 €) portanto terá que ser repartido, não podendo ser inferior a esse valor.-----

4- Sr. Fernando Castro

Morador na Rua Furriel João Vieira, Alcabideche

O munícipe referiu que o que o trás à reunião, é baseado quase no mesmo assunto da D. Natália, mas confrontado com umas ideias que parecem algo esquisitas, custa-lhe muito a aceitar que para legalizar uma varanda pague tanto como o preço de uma varanda. Há qualquer coisa aqui que não lhe parece muito correto, porque entre as taxas da Câmara que são à volta de oitocentos euros, mais o trabalho da arquiteta, mais as cópias, mais as plantas, isto vai para mil e trezentos, mil e quatrocentos euros: é o preço da varanda. Portanto há qualquer coisa nesta situação que não lhe parece muito correta. Mas são as taxas da Câmara... já percebeu que pode ser diluído. Outra coisa que ele gostava de perguntar é que há um projeto de cinco pessoas que pode ser metido em conjunto, queria saber se as taxas a pagar é no valor total de um projeto ou se cada pessoa vai ter que pagar as suas taxas, tal como se metessem um processo individual. Por outro lado havendo já um processo aprovado de uma inquilina em que a Câmara tem uma resma de papéis, onde está o processo todo aprovado, porque é que toda a outra pessoa que quiser legalizar vai ter que meter novamente esses mesmos papéis quando o outro processo está aprovado. Pensa que poderia haver um requerimento, baseado num número de processo tal, arquivado, em que as pessoas pagavam a taxa que tinham a pagar e estando conforme o que a Câmara aprovou, era muito simples, acha que a Câmara não é nenhum armazém de papel, como tal deveria facilitar estas coisas todas.-----

O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para lhe dizer que os termos que o Sr. Fernando castro acabou de utilizar: de que "é muito estranho", "é muito esquisito"; ele diria que é muito estranho, muito esquisito fazerem-se coisas ilegais, ou seja, não se pode estar agora aqui numa posição com se estivessem dentro de toda a legalidade e portanto esse tipo de avaliação não o aceita para a Câmara, nem da sua componente política que é esta que está aqui, nem na componente técnica. Portanto nada tem de estranho, nem nada tem de esquisito, porque às vezes a partir destas qualificações depois vêm outras atrás delas que não pode de maneira nenhuma aceitar. As taxas não são o valor da varanda, de qualquer das formas o que lhe pode dizer é que se tivessem que fazer comparações sobre a equidade de cada uma destas intervenções era sobre o valor do património que fica enriquecido pelo facto de estar legalizado, ou seja, há os metros quadrados a mais que passa a ter legais dentro da sua casa e esses metros quadrados legais têm um valor por metro quadrado que é conhecido do mercado e que lhe garante que são muito superiores ao valor que se está aqui a considerar em sede de taxas, que são os oitocentos euros (800.00 €). Em relação à terceira questão (se vários podem meter o mesmo projeto), vários podem meter o mesmo projeto e aí também nos custos adicionais, nomeadamente, com técnicos que tenham que ser contratados para fazer os desenhos, será a dividir por aqueles que integrarem o projeto, mas esse é um problema entre particulares. Em resposta à última questão que o munícipe colocou, que é se pode ou não beneficiar de processos já existentes na Câmara, o Senhor

Presidente informou que há uma deliberação da Câmara que permite por economia processual recuperar peças que estejam já dentro da Câmara. Não sabe se será o caso, acrescentou, como não é do conhecimento de todos os Municípios, que a própria frente de qualquer prédio é uma propriedade comum, ou seja, constitui-se como uma unidade e é um bem público para aquele conjunto de pessoas que ali habita e nesse sentido, não lhe parece que, no caso da varanda, possa aproveitar a varanda do 2º esquerdo para depois fazer o projeto para o 2º direito, isso não pode, à luz da lei não são iguais e agora aqui já não é uma lei municipal, é uma lei nacional. Pode haver algumas peças processuais que possam ser aproveitadas, não lhe parece ser manifestamente o caso, de qualquer dos modos os projetos estão à disposição dos técnicos, estão à disposição dos municípios, mas aqui mais dos técnicos porque de facto são eles que depois têm que saber o que é que é necessário do ponto de vista também técnico. Concluiu dizendo que isso são os esclarecimentos que lhe pôde adiantar, mas de facto, nada de estranho, nem de esquisito, existe num processo desta natureza a não ser, ele ter sido feito sem licença.-----

O Sr. Fernando Castro no período destinado à sua última intervenção referiu que não quer adiantar mais a conversa, que certamente haverá pessoas com mais interesse para falar, porque a discussão da legalização, confirmou que fez uma obra ilegal, é um facto, portanto acha que não se deveria entrar por este caminho, para legalizar uma obra que devia ser legal, mas que assume que foi ilegal. Terá que pagar taxas que na sua opinião não fazem assim muito sentido, mas respeita a posição do Senhor Presidente da Câmara. -----

O Sr. Presidente da Câmara tomou novamente a palavra para referir que isto não é uma multa, porque será lhe aplicada a multa. Isto é como se tivesse o prédio a ser feito de raiz, fazia a mesma coisa, agora se se pensar o que o m2 pode valer..., não tem ali avaliações nem é avaliador, mas o m2 pode valer dois mil, três mil euros em limite, quer dizer, está a usar a informação do município. Mais quatro, cinco metros quadrados, está-se a falar de oito, nove, dez, onze mil euros de valor acrescentado e, portanto, nesse sentido são oitocentos euros. Não lhe parece ser algo que seja exagerado, mas de qualquer das formas tem a noção que em Cascais as taxas urbanísticas são das mais caras do país, não tem dúvidas sobre isso. Esclareceu que estas taxas foi também a forma de se conter a expansão urbanística do Concelho. Agora não se pode é estar a definir taxas urbanísticas para uma varanda, para um prédio, para uma moradia, acredita ele que quando o Plano Diretor Municipal, a proposta que está em revisão for aprovada, aí se possa baixar ligeiramente as taxas urbanísticas já que elas foram utilizadas como contenção da expansão urbana do Concelho, já que não se tinha outros mecanismos legais para fazer essa contenção de expansão.-----

O Sr. Fernando Castro referiu que era bom também que se tivesse noção e ele percebe aquilo que o Senhor Presidente está a dizer, é que aquele espaço já existe, ele não criou espaço nenhum, aquele espaço existe, está é aberto, portanto sujeito à degradação do prédio porque se não se fechar as varandas a degradação é maior, talvez lhe diga: "se calhar que não", mas alguma poupança faz, por isso é que as pessoas as fecham, não é só para ganhar algum espaço, o que também é verdade.-----

O Sr. Presidente da Câmara concluiu dizendo que não quer estar com nenhum moralismo, mas, quando casou, a sua primeira casa tinha uma varanda excelente que no fim ficou fechada, portanto não é uma questão de moralismo pessoal, mas de facto é assim que as coisas acontecem.-----

5- Sr. José Natário Pedro

Não compareceu.

6- Sr. João Dias

Não compareceu.

7- Sr. José Duarte da Cruz

Morador na Praça das Gaivotas, Torre

O município começou por agradecer ao Senhor Presidente, Vereadores e seus assistentes por todo o desempenho que têm feito no Concelho, veio à reunião como pai, devido a uma situação que se passa no jardim-de-infância, sobre a alimentação, ultimamente a alimentação não vem nas devidas condições, mal confeccionada, fria e outros problemas mais pessoais.-----

A Sr.ª Vereadora Ana Clara Justino esclareceu que o jardim-de-infância da Torre é servido pela empresa ITAU. A empresa ganhou o concurso de fornecimento de refeições e para o JI da Torre o fornecimento tem que ser feito a quente, uma vez que, por motivos que ainda não conseguiram debelar, o serviço de fornecimento em diferido não se consegue ainda que aconteça naquela escola, por questões de corrente ou o que for. Há ali qualquer problema que ainda não foi conseguido debelar. Estão conscientes da falta de qualidade que algumas das refeições apresentam, têm estado com a

escola e receberam os comentários da escola sobre um fornecimento que não estava nas devidas condições e que voltou para trás, causando obviamente transtorno à escola, mas viu-se isso atempadamente e aquele fornecimento não se executou, mas de qualquer modo é uma questão com a qual se tem que confrontar a empresa. Há obviamente razão no sentido que algumas das refeições vêm notadas pela escola pela negativa e isso não pode acontecer e portanto é uma das razões pelas quais se vai ter que confrontar a empresa, porque independentemente de ser a empresa vencedora e de ter vencido, em termos de leilão, com um preço muito abaixo do normal, o caderno de encargos não mudou e portanto há uma série de aspetos que não podem ser contornados no fornecimento de refeições das escolas, ou em todo o lado, mas neste caso nas escolas.-----

O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que tem estado a acompanhar este assunto com a Senhora Vereadora. De facto estão neste momento com problemas em duas escolas, na da Torre e na de Birre. Há total disponibilidade da câmara e interesse em fazerem uma visita inclusivamente às unidades onde as refeições são confeccionadas e estão a fazer toda a ação e pressão sobre a empresa para que ela corrija no mais curto espaço de tempo.-----

A Sr.ª Vereadora Ana Clara Justino referiu ainda que no caso da Torre o fornecimento a quente propícia o caso específico que o pai veio apresentar, em que a comida não estava em condições de ser apresentada. O fornecimento a quente propícia este tipo de acidentes que obviamente não pode acontecer, mas o fornecimento a quente quer dizer que a comida é transportada a quente e isso altera muitas vezes a qualidade da alimentação se algum procedimento não for correto e por vezes acontece. O que há preferencialmente nas escolas do Concelho é o fornecimento em diferido, ou seja, a comida é transportada a frio e isso corrige em grande parte os problemas da falta de qualidade da comida quando ela é apresentada, embora seja mais exigente a nível de qualificação dos funcionários da empresa porque o manuseamento dos fornos convectores exige qualificação, exige perícia, o que também pode ser uma das questões, mas no caso do JI da Torre ainda não se conseguiu corrigir o problema elétrico aparentemente que permite o funcionamento dos fornos convectores e com isso o fornecimento em diferido.-----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que tratando-se de uma matéria que é urgente, porque é todos os dias, vai pedir para juntamente com a Senhora Vereadora e com o seu Chefe de Gabinete que se veja a possibilidade de inclusivamente e com o Departamento de Obras a possibilidade de se é de alugar um gerador, se há outra solução qualquer enquanto a própria ITAU não tem capacidade de ultrapassar os seus problemas, e portanto espera ter uma resposta tão rápida quanto seja necessário, mantendo-se a total disponibilidade e interesse para receber a Associação de Pais, e de convidar os pais que assim o queiram, a visitar as unidades de confeção de onde vem aquela comida. De qualquer das formas a sua preocupação, uma coisa é a comida estar na qualidade que é exigida, outra coisa é estar em má qualidade no sentido de ser passível, de ser prejudicial à saúde, de uma forma geral, mas no caso em concreto às crianças, e isso foi-lhe garantido que não, que até hoje isso não aconteceu, de qualquer das formas não justifica de forma alguma que ela não esteja nos níveis de qualidade, nos padrões de qualidade que estão contratados e que são exigidos, de qualquer das formas referiu que se vai tentar ultrapassar, porque na outra escola é mais complicado, não se consegue ultrapassar com a questão do gerador, vai-se ultrapassar isso para já até a própria ITAU ter capacidade para o fazer, porque se isso for feito, ou seja, se houver capacidade de energia elétrica suficiente e adequada, então todos os problemas se resolvem porque a comida é transferida a frio e depois é aquecida normalmente na escola.-----

O Sr. José Duarte da Cruz pediu novamente a palavra para mais uma vez agradecer pessoalmente todo o desempenho que têm feito e como pai foi uma das maneiras de poder divulgar realmente o que se passava, porque mesmo em termos de funcionários eles são excelentes, é um bom Jardim, simplesmente foi a alimentação que o levou a vir à reunião.-----

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu as palavras do munícipe, dizendo que qualquer um dos que está ali presente, não faz mais do que a sua obrigação e para a qual também se disponibilizou quando concorreu.-----

8- Sr.ª Silvana Garnel

Moradora na Avenida Infante D. Henrique, Cascais

A munícipe começou por dizer que até ela chegar ali houve uma movimentação por parte da Câmara já em relação a este assunto, e sabe, não só por aquilo que as crianças vão transmitindo aos pais, mas também por aquilo que as educadoras têm dito, e portanto achou que deveria vir, visto que inclusivamente se inscreveu já há algum tempo, mas de facto a primeira situação que aconteceu tem a ver precisamente também com a representação de Aldeia de Juso porque eles não conseguiram inscrever-se e portanto pediram-lhe para ela vir. Representa a escola Birre 1, é a segunda

representante dos pais e também lhe pediram e enviaram um e-mail com algumas situações, que se calhar algumas são coincidentes e outras não. A questão de se servir comida estragada aconteceu em Birre, as crianças não a comeram, é verdade, mas os tabuleiros de peixe vinham estragados, depois disso ter acontecido foram comprados frangos no Jumbo para as crianças comerem nesse dia. Aquilo que pensa que acontece ali, não tem só a ver com a confeção, tem a ver com o transporte também, porque a comida é confeccionada em Alfragide, aliás têm uma marcação no dia 3, ficaram de lhe confirmar para irem ver a confeção da comida e neste momento aquilo que ela pensa, é que no transporte ela se está a estragar, não tem só a ver com a confeção, esta é a sua primeira avaliação de tudo aquilo que se tem vindo a fazer, no trabalho diário com as crianças e com as educadoras. São de facto outras situações: os acompanhamentos não são suficientes, há uma série de questões, porque a sopa é feita com fécula de batata, e fala-se de crianças entre os 3 e os 6 anos, fala-se de peixe servido com espinhas, é impossível crianças destas idades fazerem a separação do peixe com esse tipo de problemas, fala-se inclusivamente de arroz cru, batatas cruas, e portanto fala-se de facto que isso ultrapassa um bocadinho o que é o razoável nesta situação, já nem se fala pela quantidade de comida que é servida que muitas vezes falta, porque um filete de peixe tem que ser dividido por duas crianças, por exemplo, ou um hambúrguer, mas agora isso também já foi corrigido porque os pais efetivamente também reclamaram, mas isso aconteceu e é comum na Aldeia de Juso também acontecer, e depois temos uma situação que Aldeia de Juso refere em relação às ementas que já não são alteradas há 3 anos, que inclusivamente esta situação foi reportada e só alteraram dois pratos entretanto. A situação também das pessoas que estão a aquecer a comida, ou seja, muitas vezes a comida é aquecida, é servida às crianças e vai torrada, com sabor a torrado, ou seja, quem está a fazer esse serviço provavelmente não sabe utilizar os equipamentos ou não teve formação para isso. Há a situação da comida de segunda-feira que é entregue à sexta e fica o fim-de-semana todo na escola. Se acontece aqui um problema de energia, questiona-se o que vai acontecer na segunda-feira com a comida que é servida às crianças. Concluiu dizendo que sabe que são difíceis estas questões, porque fala-se de uma empresa muito grande, mas aqui acima de tudo o que se está a falar é de crianças e a falar do seu crescimento saudável. As educadoras dizem que não é da sua competência, e bem, e que reportam, fazem relatórios diários, semanais, mas neste momento a ITAU não reúne as condições para satisfazer as condições que são precisas para um crescimento saudável das crianças.-----

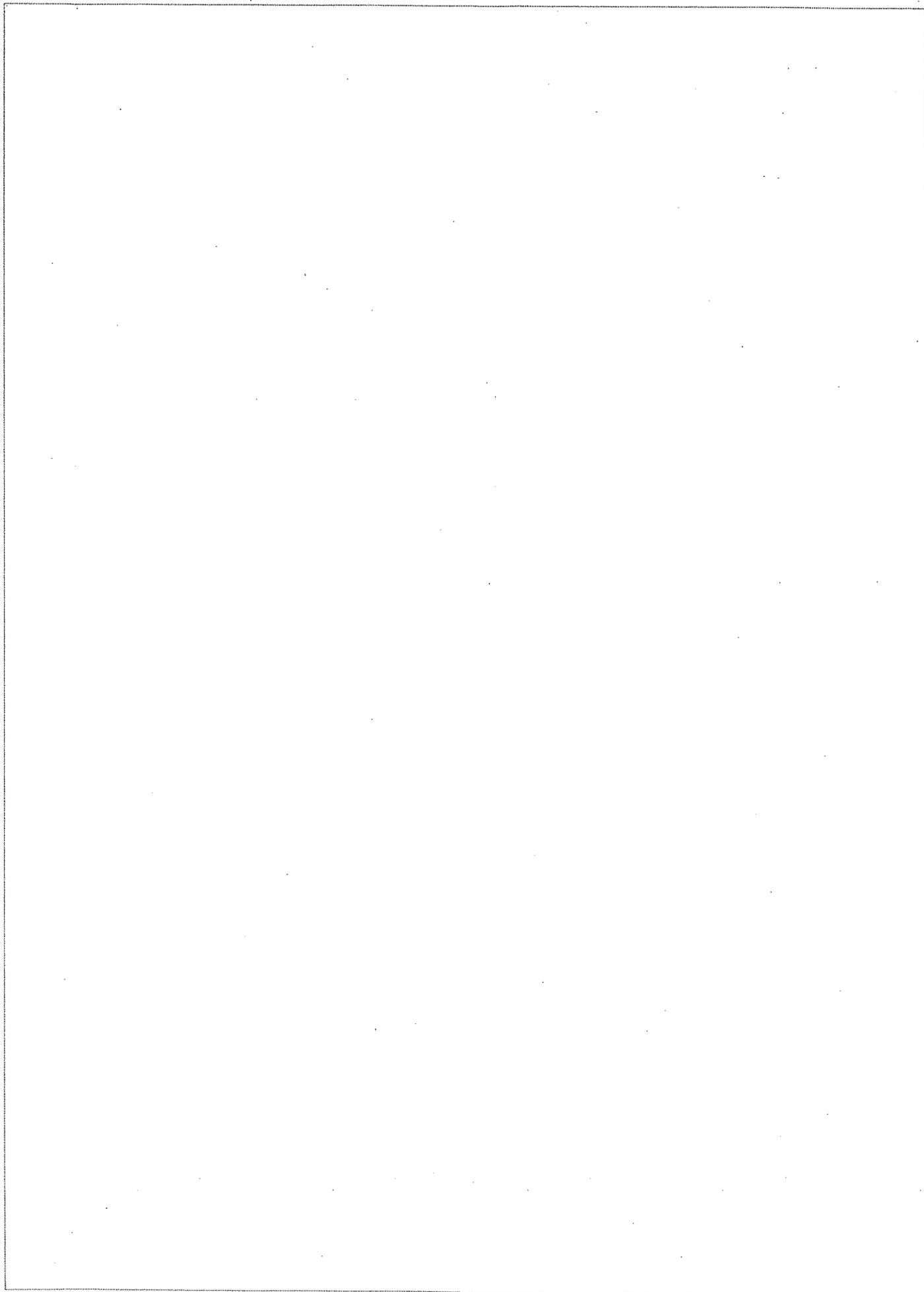
O Sr. Presidente da Câmara referiu que não há empresas grandes nem empresas pequenas, o que há é uma intolerância da parte da Câmara para que todos os prestadores de serviços em geral tenham que cumprir aquilo a que concorreram. Inclusivamente está em concurso público nova contratação o que não deixa de ser uma forma de pressão sobre as próprias empresas prestadoras. Sobre este assunto têm tolerância zero, tal como a Senhora Vereadora, ou seja, não há limite de tolerância, têm estado a acompanhar, estão equipas da Câmara, estão equipas de uma auditora externa a fazer esse acompanhamento. Agradeceu também aos pais por estarem a passar informação, até por alguma que possa vir truncada ou mais filtrada, poder estar evidente. No caso de Birre, há dois problemas que a munícipe identificou que é a questão do transporte, que não se colocava na questão da Torre e apesar de dizerem que estão a fazer a comida em Alfragide não estão, estão a fazer a comida num outro estabelecimento do Concelho onde não é suposto ser feita a comida, não se sabe se essa será a causa, em princípio não será essa a causa. Quando chama isto à colação, estarem a fazer num outro estabelecimento de ensino do Concelho, há uma componente dos custos que estão agregados ao valor que eles colocaram, que é água, eletricidade, que é a Câmara nesse estabelecimento que está a pagá-los. Assim, nem justificação há para qualquer quebra de poupança em prejuízo da própria qualidade, porque neste caso a margem estaria mais suportada porque a água e eletricidade estariam nesse outro estabelecimento. A Senhora Vereadora está muito atenta a isso, os serviços de educação estão muito atentos a isso e mantem-se o que disse ao outro pai, da outra escola, a total disponibilidade e interesse em ter uma linha direta com os pais, para serem alertados para situações que possam ocorrer e visitar as instalações onde estejam a fazer a confeção da comida, e não os levarem a um outro sitio que não seja aquele que está pré determinado. Garante que não há tolerância rigorosamente nenhuma, no momento em que se comece a admitir a possibilidade de haver uma tolerância, a partir daí é saber qual é a medição de tolerância e somos capazes de não conseguir medir tolerâncias e não pode ser. Obvio é, em sentido lato, quando se trata de crianças, por serem mais frágeis, por terem os seus direitos menos defendidos, porque eles próprios não os podem defender, então têm de ser os pais, a Câmara, a Câmara na sua componente política e técnica a ter a capacidade de fazer a salvaguarda desses direitos das crianças. Estão atentos, a Senhora Vereadora está e continuará a acompanhar e disponível para ser contactada diretamente sempre que houver alguma situação anómala, que acredita não haverá nesta fase dado o controlo acrescido que está a existir, a haver, têm que ser tomadas ainda outro tipo de medidas que não estão excluídas.-----

(A Muniçipe informou que dia 17 de abril foi servida sopa estragada)-----

A Sr.^a Vereadora Ana Clara Justino referiu que a Câmara Municipal de Cascais quando exerce esta competência do fornecimento de refeições fá-lo através de um protocolo com os agrupamentos, que implica que o fornecimento da refeição e a gestão do refeitório são enquadrados pelo próprio agrupamento. É pouco provável que uma refeição que não esteja em condições chegue à mesa, porque têm que ter pelo meio a apreciação diária que está protocolada com o agrupamento no sentido de haver este filtro de sanidade mental que uma coisa que não está em condições não vai para a mesa de uma criança. A escola está envolvida e deve sempre exercer o seu veto no sentido de uma refeição que não está em condições não saia da copa ou da cozinha. No caso de Birre ouve um problema acrescido que foi o facto de o fornecimento a quente, numa escola que pode ter fornecimento diferido, ter sido solicitado pela educadora e não nos ter sido comunicado, daí não poder ser exercida a fiscalização maior que exercemos sempre que temos um fornecimento a quente. Isto é importante, qualquer alteração por parte da escola devia ter sido comunicado, porque alerta para uma possibilidade maior de haver alguma falha de segurança da alimentação. A questão da comunicação atempada é importante, é útil, coloca no terreno num tempo em que se pode limitar os danos, mas também é importante entender que a instituição que está presente no dia-a-dia da alimentação das crianças que é a escola, as educadoras, as auxiliares, os professores devem exercer a competência que protocolaram com a Câmara, porque de facto é aí, no caso de Birre aconteceu, no pedido vinha um caso de crianças que se sentiram mal e foram ao hospital e a primeira coisa foi telefonar à escola para perguntar como é que uma coisa que não estava em condições tinha passado o filtro da escola? E não foi. Obviamente não passou e nenhuma criança ingeriu, garantido pela escola, e contactado o Hospital para confirmar se teria havido alguma falha e não houve nenhum caso relatado. O importante quando se fala em fornecimento de refeições e da alimentação nas escolas é importante entender que há uma série de filtros e de etapas que a alimentação vai passando e que serve para exercer este primado da segurança. A alteração de fornecimento a diferido para o fornecimento a quente, ao não ser comunicado não permitiu estar lá e fazer uma vistoria, com maior regularidade, que se faz sempre que se tem este fornecimento. É importante que estas coisas sejam reportadas à Câmara, também é importante que a comida não estando em condições não saia para a mesa, não faz sentido, e aí a escola exerceu bem o seu sentido não permitindo que houvesse esse fornecimento. No caderno de encargos há cláusulas muito claras e muito objetivas, que têm exatamente a ver com a formação dos técnicos da empresa, a qualidade alimentar, a articulação das ementas que são colocadas no caderno de encargos. Tudo isso são itens que na avaliação mensal que Câmara faz dos fornecimentos poderão dar a rescisão, que é óbvia, quando falham estes princípios fundamentais da qualidade e da segurança alimentar. Se houver articulação e capacidade de falar em tempo útil, pode confrontar-se a empresa com uma baixa de qualidade, que é inaceitável em qualquer dos casos.-----

O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que tem mesmo que ser em tempo útil, de qualquer das formas vai sugerir então o seguinte: até porque normalmente as empresas e também não sabe a que nível isto está a ser tratado dentro da empresa e portanto vai pedir ao seu Chefe de Gabinete que juntamente com a Senhora Vereadora marcarem uma reunião de urgência com a própria Administração da ITAU, porque aí pelo menos se tem a certeza com quem é que se está a falar e qual o nível de responsabilidade das pessoas que se está a falar. Concluiu referindo que também faz questão de estar presente nessa reunião.-----

O período de intervenção do público terminou às 11h18m



Às 11 horas e 13 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião

Eu, [Handwritten Signature] a subscrevi.

O Presidente

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS

[Handwritten Signature]

Os Vereadores

ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES

[Handwritten Signature]

MIGUEL PINTO LUZ

[Handwritten Signature]

ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO

[Handwritten Signature]

PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA

[Handwritten Signature]

ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA

[Handwritten Signature]

MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO

[Handwritten Signature]

JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

[Handwritten Signature]

NUNO FRANCISCO PITEIRA LOPES

[Handwritten Signature]

FREDERICO MANUEL PINHO DE ALMEIDA

[Handwritten Signature]

MARIA TERESÁ PERES DOMINGUEZ R. GAGO

[Handwritten Signature]

[Handwritten Signature]